



- DOCUMENTO FINAL -

No período de 26 a 28 de setembro de 2011 foi realizada a IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Espírito Santo. A Conferência reuniu 346 pessoas vindas de diferentes municípios do Espírito Santo, acolhidos em Nova Almeida, Município de Serra.

Diversas representações e segmentos participaram desta conferência: Indígenas, Pomeranos, Pescadores Artesanais, Comunidades de Terreiro, Quilombolas, representantes de entidades da sociedade civil e órgãos governamentais, que ao longo do evento diagnosticaram os graves entraves que ameaçam a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada no Estado e os avanços já conquistados e, também, a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Dentre as temáticas debatidas e que mereceram maior atenção dos conferencistas constam a agroecologia, os agrotóxicos e o sistema e política de SAN. Os participantes fizeram um balanço das políticas públicas de interesse e foram realizados painéis, palestras, trabalhos de grupos.

1. Ameaças, avanços e perspectivas para efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável e à soberania alimentar no âmbito estadual

Após as discussões nos trabalhos de grupos, os participantes da IV CESAN identificaram os principais problemas relacionados à efetivação do DHAA e à Soberania e SAN:

- ✓ Falta de mapeamento da insegurança alimentar e nutricional nas regiões do Estado;
- ✓ Uso indiscriminado de agrotóxicos trazendo riscos e danos à saúde de toda a população;
- ✓ Monocultura, destacando-se a monocultura da cana de açúcar e silvicultura e suas consequências danosas, em especial, às comunidades quilombolas e indígenas;
- ✓ Ausência da oferta de água tratada e de um sistema adequado do esgotamento sanitário a toda a população, sendo a situação mais grave nas áreas rurais, com maior destaque para os povos e comunidades tradicionais, assim como aos bairros periféricos das grandes cidades com prejuízos à saúde da população e à produção de alimentos;
- ✓ Inadequada oferta dos serviços de saúde com limitada assistência à população, principalmente na Atenção Básica, com necessidade de ampliação do número de unidades de saúde, profissionais, bem como a capacitação permanente dos profissionais de saúde.

ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAÚDE



- ✓ Terceirização da Alimentação Escolar do estado e em alguns municípios com prejuízos à qualidade da alimentação e controle do acesso a alimentação pelas empresas, limitando a quantidade da comida aos beneficiários.
- ✓ Dificuldades na regularização fundiária de terras indígenas e quilombolas, impossibilitando o adequado acesso às condições de produção de alimentos nas comunidades e toda a sua implicação na violação de direitos;
- ✓ Pouca organização do setor pesqueiro, em toda a sua cadeia, impossibilitando melhor aproveitamento de todo o potencial de promoção ao DHAA que este setor envolve;
- ✓ Não respeito à liberdade religiosa, em especial às religiões de matriz africana e aos ciganos, ocasionando situações de intolerância religiosa e conflitos desnecessários;
- ✓ Políticas públicas que não consideram pessoas com necessidades alimentares especiais, que se tornam impeditivas à garantia do DHAA para este segmento da população.
- ✓ Ausência de Planos Estadual e municipais de SAN impossibilitando políticas e ações coordenadas de SAN que contemplem ampla discussão e participação dos diversos segmentos da sociedade;
- ✓ Ausência de uma política de valorização das culturas alimentares locais enquanto elemento de identidade cultural;
- ✓ Poucas políticas que incluem os povos e comunidades tradicionais.

Com relação aos indicadores da situação de segurança alimentar e nutricional, destacam-se:

- Co-existência de desnutrição e excesso de peso e seus respectivos agravos à saúde da população;
- Baixo nível de cobertura de saneamento básico no Estado;
- Existência de alto índice de pobreza e extrema pobreza, apesar dos progressos registrados;
- Ausência de uma política de monitoramento dos indicadores de SAN em todas as suas dimensões;
- Dificuldade de acesso à água, à terra e ao território, particularmente para os Povos Indígenas e as Comunidades Quilombolas;
- Contaminação das pessoas, dos rios, mananciais e alimentos por agrotóxicos;
- Monoculturas particularmente de cana-de-açúcar e eucalipto e latifúndios.

No que se refere aos programas e ações realizados no estado, destacam-se:

- ❖ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – reconhecidos avanços a partir da Lei 11.947 e Resolução 38 de 2009, com a garantia de mínimo de 30% para aquisição de gêneros da agricultura familiar, sendo importante a ampliação deste percentual mínimo. Outra demanda para este programa é a ampliação do



número de Nutricionista nos municípios para a Educação. Necessidade de aumento do valor per capita repassado pelo FNDE destinado à alimentação.

- ❖ O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) – Fortalecimento dos agricultores na garantia de compra mínima dos alimentos, estímulo a alimentação adequada e saudável, sendo necessária maior assistência técnica aos agricultores, assim como aumentar os recursos para financiamento. Além disso, há a necessidade de assessorar os agricultores na regularização de documentação para comercialização. Melhoria das vias de escoamento da produção. Notada a positiva discussão da temática agricultura, em especial a familiar e as com bases agroecológicas de produção e sua intersectorialidade nas políticas, como a interface com o PNAE.
- ❖ O Programa Bolsa Família (PBF) – Garantia do acesso ao recurso financeiro, favorecendo a alimentação adequada e saudável. Sendo necessário maior controle pelo poder público local no que se refere à inclusão dos beneficiários, garantindo a inclusão daqueles que realmente tem direito, aperfeiçoando a busca ativa das famílias.
- ❖ A Vigilância Alimentar e Nutricional – necessidade de fortalecimento deste sistema, ampliando os recursos humanos capacitados destinados a este setor; assim como aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento nutricional, possibilitando a inclusão de todos os grupos etários (crianças, adolescentes, gestantes, adultos e idosos).
- ❖ As diversas experiências de povos e comunidades tradicionais e outras entidades da sociedade civil necessitam de maior apoio do setor público para potencializar as ações, como exemplo a Pastoral da Criança.

2. Indicação de prioridades para o Plano Estadual e para o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ✓ Combate ao uso de agrotóxicos;
- ✓ Combate à produção de transgênicos;
- ✓ Estímulo à produção e certificação da produção agroecológica e orgânica;
- ✓ Fortalecimento da produção, comercialização e consumo de alimentos orgânicos;
- ✓ Fortalecimento a agricultura familiar, aquicultura e pesca;
- ✓ Implantação/fortalecimento do PAA em Comunidades Tradicionais;
- ✓ Regularização e titulação de terras indígenas e quilombolas;
- ✓ Incentivo à produção, comercialização e consumo de pescado e seus derivados;
- ✓ Fortalecimento da capacitação de recursos humanos envolvidos no SISVAN;
- ✓ Acesso à água em quantidade e qualidade para o consumo humano e para a produção de alimentos;
- ✓ Preservação de rios e mananciais;
- ✓ Combate à degradação ambiental e à desertificação;
- ✓ Respeito às tradições e culturas alimentares;
- ✓ Garantia do DHAA às pessoas com necessidades alimentares especiais;
- ✓ Fortalecimento das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural;



- ✓ Implantação/Fortalecimento das ações de Educação Alimentar e Nutricionais com participação ativa do Nutricionista na promoção da Alimentação Adequada e Saudável;
- ✓ Ampliação da rede de saneamento básico em todo estado, priorizando as comunidades rurais, população negra e povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Criação de Centros de Referência em SAN para Pessoas com Necessidades Alimentares Especiais.

3. Compromisso político do Governo e da sociedade civil com a implantação do SISAN

A Lei de Criação do SISAN estadual encontra-se em fase de análise pelo Executivo para posterior envio à Assembléia Legislativa do Estado.

Dos componentes previstos no SISAN, o Espírito Santo conta com o CONSEA-ES, 29 Conselhos instituídos pelas respectivas leis municipais e as conferências periódicas, sendo necessária a instalação dos outros componentes como, por exemplo, a Câmara Intersecretarias de SAN/CAISAN.

Como proposta para implantação do SISAN no Estado e municípios, seguem:

- Campanha de mobilização e divulgação do DHAA, da Política e Plano Nacional de SAN;
- Criação e/ou fortalecimento dos conselhos municipais de SAN;
- Fortalecimento do CONSEA-ES;
- Aprovação da Lei Estadual de SAN;
- Realização de Fóruns Intersetoriais de SAN;
- Criação e implementação da CAISAN no estado e municípios;
- Criação e implementação dos SISANs estadual e municipais;
- Criação de um Fundo Estadual de SAN;
- Capacitação de conselheiros, gestores e sociedade civil na temática do DHAA e SAN;

Houve consenso de que o uso de agrotóxicos traz danos severos à saúde das pessoas e é um fator impeditivo a promoção de alimentação adequada e saudável e que há muito que se avançar nas ações e políticas de SAN no estado. Ainda foi destacada a importância de o governo estadual assumir as questões que envolvem o DHAA e SAN como prioritárias para a adequada inclusão social e fortalecimento dos Conselhos de SAN municipais e estadual.

Acreditamos que as propostas acolhidas nestes dias de profunda reflexão possam ser acolhidas por todo o Brasil, que se fará representar pelos delegados dos Estados, assumindo assim, como suas, as propostas emanadas desta representativa Conferência.